

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 03/09/2018

- [Projeto cria Orçamento Criança para políticas voltadas à infância](#)
- [Justiça Restaurativa - SC debate usar método com adolescentes infratores](#)
- [CNJ Serviço - Prescrição de crime sexual contra criança foi ampliada](#)
- [Garoto com escoliose avançada espera por cirurgia há mais de dois anos - 'Torturante', diz tia](#)

Assunto: Projeto cria Orçamento Criança para políticas voltadas à infância

Fonte: Agência Câmara

Data: 03/09/2018



A Câmara dos Deputados analisa o Projeto de Lei 7676/17, da ex-deputada Creuza Pereira, que cria o chamado Orçamento Criança.

O texto prevê que a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, ao elaborarem suas propostas orçamentárias anuais e os relatórios trimestrais de execução orçamentária, farão constar, em quadro anexo específico, os valores destinados ao desenvolvimento de ações e programas de atendimento à primeira infância.

Esse quadro será denominado “Orçamento Criança” e incluirá as despesas setoriais de educação, saúde, assistência social, bem como intersetoriais, que tenham as crianças de 0 a 6 anos e suas famílias claramente definidas como beneficiários diretos.

Pelo texto, caberá ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário a consolidação dos dados nacionais, a serem apresentados anualmente, juntamente com relatório analítico que permita avaliar os esforços dos diversos entes federados e do governo federal na promoção das políticas para a primeira infância.

Prioridade da Unicef

A proposta é uma das prioridades para a população infantil constantes em documento do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) encaminhado aos candidatos à presidência da República e aos governos dos estados e do Distrito Federal.

Segundo a ex-deputada Creuza Pereira, a legislação brasileira na área já avançou com a aprovação, em 2016, do Marco Regulatório da Primeira Infância (Lei 13.257/16). Esse marco prevê, por exemplo, que a União informará à sociedade a soma dos recursos aplicados anualmente no conjunto dos programas e serviços para a primeira infância.

“A proposta tem o objetivo de dar concretude a esse preceito legal”, destaca a autora do texto.

Tramitação

O projeto será analisado, em caráter conclusivo, pelas comissões de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Assunto: Justiça Restaurativa - SC debate usar método com adolescentes infratores

Fonte: CNJ

Data: 03/09/2018



A desembargadora Rosane Portella Wolff, coordenadora estadual da Infância e Juventude (CEIJ) do Tribunal de Justiça, reuniu-se nesta semana com o secretário estadual da Justiça e Cidadania (SJC-SC), Leandro Lima, e com o diretor do Departamento de Administração Socioeducativo (Dease-SC), Zeno Tressoldi, para discutir a criação do Núcleo de Justiça Restaurativa do Sistema Socioeducativo Catarinense. "Estamos nos colocando a disposição para trabalhar em parceria", disse a desembargadora.

"A proposta é excelente e a ideia é ampliar esta conversa inicial para avançar em um trabalho conjunto", registrou o secretário Leandro. Outra proposta debatida durante a reunião, realizada na Secretaria da Justiça e Cidadania na tarde da última terça-feira (28/08), foi a parceria da Coordenadoria da Infância na concretização do segundo módulo da Formação Inicial em Justiça Restaurativa, voltada para servidores do sistema socioeducativo de Chapecó e região, programado para ser realizado no mês de dezembro naquela cidade. Neste projeto, o Dease conta ainda com o apoio do Ministério Público (MP-SC), o qual cede uma servidora como docente colaboradora da formação. Desde 2017, o Dease mantém parceria com o Tribunal de Justiça (TJ-SC) em um projeto de formação de servidores para atuação como multiplicadores da Justiça Restaurativa. "O Departamento vêm investindo neste projeto, já realizamos algumas ações no próprio Departamento Socioeducativo e nas unidades de São José, Florianópolis, Lages e Chapecó, com o objetivo de transformar e humanizar cada vez mais o atendimento aos adolescentes em medida socioeducativa", concluiu Tressoldi.

Assunto: CNJ Serviço - Prescrição de crime sexual contra criança foi ampliada

Fonte: CNJ

Data: 03/09/2018



Desde 2012, a contagem para prescrição de crimes sexuais cometidos contra crianças e adolescentes passou a ser calculada a partir de quando as vítimas completam 18 anos e não mais da data de quando o abuso foi praticado. A mudança ocorreu com a Lei 12.650/2012, proposta pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado sobre Pedofilia, e alterou o Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40).

A norma que modificou as regras relativas ao prazo prescricional dos crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes entrou em vigor no dia 18 de maio de 2012 e foi batizada de Joanna Maranhão em referência à nadadora brasileira molestada sexualmente em sua infância pelo treinador. O crime ocorreu quando Joanna tinha nove anos de idade.

A alteração deu mais tempo para que as vítimas informem o fato ao Ministério Público. Esse tempo só não será observado caso, antes disso, já tenha sido proposta a ação penal contra o agressor. Outros crimes sexuais cometidos contra crianças ou adolescentes, como corrupção de menores ou favorecimento à prostituição também seguem a mesma regra do marco da prescrição. No entanto, as penas variam.



Para denunciar

No Brasil, o estupro contra menores de 14 anos é punido com reclusão de 8 a 15 anos de prisão e, nesse caso, o crime prescreve em 20 anos (a contar dos 18 anos da vítima). Já o crime de

corrupção de menores (atos para satisfação de desejo sexual de outrem), o crime prescreve em 12 anos, também a contar dos 18. O crime de favorecimento à prostituição (atrair à prostituição ou outra forma de exploração sexual) prescreve em 16 anos.

Para denunciar alguém que tenha cometido um desses crimes sexuais citados, a vítima ou seu responsável pode ir a qualquer Delegacia de Polícia ou diretamente ao Ministério Público. E não é preciso estar acompanhada de advogado.

Medo e Vergonha

Possibilitar um tempo mais longo para a vítima denunciar o crime é importante pois, muitas vezes, quando o crime ocorre, a vítima (criança ou adolescente) ainda é muito imatura e não consegue elaborar ou entender o que houve. Por medo da possível reação dos pais ou por vergonha da situação a que foi submetida, é comum a criança não relatar imediatamente a situação aos responsáveis. Começar a contar o tempo da prescrição a partir dos 18 anos permite que essa vítima tenha mais tempo para entender seus sentimentos e sofrimentos, e decidir pela denúncia do agressor, contribuindo para que o crime não fique impune.

Assunto: Garoto com escoliose avançada espera por cirurgia há mais de dois anos - 'Torturante', diz tia

Fonte: Portal G1

Data: 03/09/2018



Problema na coluna causa diversos problemas ao garoto de Votorantim (SP).

A rotina de uma criança de 5 anos é quase sempre a mesma: brincar, ir à escola e aproveitar a infância. Um morador de Votorantim (SP) até conseguiria fazer tudo isso sem problemas, se não fosse uma escoliose de 90°. O garoto aguarda a cirurgia para corrigir o problema na coluna há mais de dois anos.

"Como a bacia dele está entortando e o pé direito virando para dentro, ele cai muito, reclama de dor e, muitas vezes, não consegue dormir. É torturante", conta Gleice Letícia dos Santos Campos, de 24 anos, tia de Vinícius Campos.

Segundo ela, o problema vai além da escoliose do sobrinho: o que realmente a deixa desesperada é a demora do sistema público de saúde. Ela contou que, em 2016, o Conjunto Hospitalar de Sorocaba (CHS) deu uma guia para ela ir ao Hospital das Clínicas (HC), em São Paulo. Era para dar tudo certo, mas houve um erro de procedimento.

"Marcaram uma consulta pós-operatória, sendo que ele nem chegou perto de uma cirurgia. Não sabemos se quem errou foi o CHS ou o posto de saúde, só sei que ficamos sem a consulta", afirma a tia.

Ela contou ao **G1** que, em dezembro de 2017, fez novamente o pedido de consulta, mas outra vez o desejo foi frustrado. "A guia foi encaminhada à Central de Regulação de Ofertas de Serviços de Saúde (Cross), então é como se tivesse voltado ao fim da fila", lamenta Gleice.

Em nota, a Secretaria da Saúde de Votorantim informou que está acompanhando o caso de Vinícius e que sua única ação foi encaminhá-lo ao CHS. A Secretaria do Estado de São Paulo informou que o paciente foi inserido no sistema de saúde apenas em agosto deste ano e "o Cross deu início imediato à busca por vagas."

Fábio Akiyama, fisioterapeuta especializado em coluna e postura, afirma que os anos de espera prejudicaram Vinícius.

"Ele está em uma fase muito importante do desenvolvimento físico, a postura desse jeito pode influenciar negativamente até em atividades cognitivas e causar dificuldade de raciocínio por conta da dor e desconforto", explica.

Fábio ainda diz que se algum procedimento cirúrgico - ou até mesmo fisioterápico - tivesse sido feito antes, quando a escoliose foi descoberta, as consequências ao menino poderiam ter sido muito menores.

Segundo a tia do garoto, o CHS não faz este tipo de cirurgia em crianças, por isso ele foi encaminhado ao HC. O hospital fica a mais de 100 quilômetros do bairro Pró-Morar, onde Vinícius mora com a tia e a avó.

Gleice afirma que a escoliose do sobrinho tem 90° de envergadura e é compatível com a de uma criança de 9 a 10 anos. Segundo o ortopedista de Vinícius, ele pode até ficar sem os movimentos da perna.

Diagnóstico e apelo nas redes sociais

A situação de Vinícius levou Gleice a fazer um apelo nas redes sociais: "precisamos de ajuda do governo pra fazer essa cirurgia, que fazem sim pelo SUS! Mas não tem vaga...ele precisa de um acompanhamento também", disse na publicação.

A postagem tem mais de 6,3 mil compartilhamentos, 1,3 mil curtidas e quase 200 comentários dando apoio ao menino. Mesmo assim, ela contou que nos últimos dias Vinícius passou por uma situação constrangedora na escola.

"Outras crianças tiraram sarro dele. Com isso, ele ficou agressivo. Isso é muito difícil pra mim, pois cuido como se fosse meu filho. Me sinto mal de verdade", lamenta.

Ao **G1**, Gleice contou que o sobrinho foi diagnosticado com escoliose quando tinha apenas 1 ano. Desde então, o garoto passa por uma batalha para conseguir fazer uma operação que, em hospitais particulares, custaria R\$ 150 mil.

Desempregada há dois anos, Gleice afirma que a família não tem condições de arcar com os custos da internação, médicos e remédios.

